

COMO ANDAM OS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
DOUTOR CAMARGO



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES



COORDENAÇÃO

Ana Lúcia Rodrigues

ORGANIZAÇÃO

Ana Lúcia Rodrigues¹

Luiz Donadon Leal²

AUTORES

Aline Santiago Luz³

Carla Franciele Höring⁴

Carla Fernanda de Oliveira Paulo⁵

Izabela Bombo Gonçalves⁶

Luiz Donadon Leal

Wesley de Souza Ferreira⁷

PROJETO GRÁFICO

E DIAGRAMAÇÃO

Izabela Bombo Gonçalves

APOIO TÉCNICO

Jéssica Fernanda Cafisso⁸

1 | Pós-doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP (2008); doutora em Ciências Sociais e Sociologia (2004) e mestre em Filosofia (1996) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP com graduação em Ciências Sociais. Professora Associada na Universidade Estadual de Maringá, do Departamento de Ciências Sociais e coordenadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá UEM.

Contato: alrodrigues1962@gmail.com

2 | Possui graduação em Psicologia (1986) e mestrado em Educação (2003) pela Universidade Estadual de Maringá. Atua como psicólogo na Universidade Estadual de Maringá e pesquisador no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM. Contato: ldleal@uem.br

3 | Possui graduação em Psicologia (2011), pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas com ênfase na Assistência Social -UEPG e em Psicologia Cognitiva e Análise do Comportamento com ênfase em Clínica e Trabalho – UEM (2015). Pesquisadora colaboradora da rede Observatório das Metrópoles. Contato: aline88sl@hotmail.com

4 | Graduada em Estatística pela Universidade Estadual de Maringá (2019); Especialização em Estatística com ênfase em Pesquisa Quantitativa pela Universidade Estadual de Londrina (2011); Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Agronomia, com área de concentração em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008); Graduada em Ciências Biológicas - Universidade Paranaense (2005). Atua como pesquisadora bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM. Contato: estaticarla@gmail.com

5 | Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2012), com especialização em Formação e Educação Empreendedora pela mesma instituição (2016) e mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (2019). Atua como pesquisadora bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM.

Contato: carlafernandaop@gmail.com

6 | Arquiteta urbanista pela Universidade Estadual de Maringá (2016) e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo integrado da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina (2019). Atua como pesquisadora bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM.

Contato: izabombo@gmail.com

7 | Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2012) e Mestre em Geografia pela mesma instituição (2017). Atua como pesquisador bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá UEM.

Contato: wesley.geo@hotmail.com

8 | Cientista social pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2020). Bolsista pela Central de Estágio do Paraná no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá/UEM (2018-2020).
contato: jessicacafisso@gmail.com

a p o i o :



COMO ANDAM OS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

**ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
DOUTOR CAMARGO**

SUMÁRIO

- 14 introdução
- 44 1 | perfil municipal
- xx 2 | categorias sócio-ocupacionais – cats
- xx 3 | categorias sócio-ocupacionais na estrutura social de Doutor Camargo
- xx considerações finais
- xx referências bibliográficas

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

ADH – Atlas de Desenvolvimento Humano

APOND – Área de Ponderação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

CAT – Categoria Sócio-Ocupacional

CNPq – Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EDUEM – Editora da Universidade Estadual
de Maringá

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio de Janeiro

IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento
Humano Municipal

INCT – Institutos Nacionais de Ciência e
Tecnologia

IPARDES - Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada

IVS – Índice da Vulnerabilidade Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de
Domicílios

RM – Região Metropolitana

RMM – Região Metropolitana de Maringá

SETI – Secretaria de Ciência e Tecnologia
do Estado do Paraná

SM – Salário Mínimo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEM – Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

EM CONSTRUÇÃO.

Palavras-chave: XXXXXXXX

INTRODUÇÃO

A estrutura social do território da Região Metropolitana de Maringá (RMM) resulta do modelo de urbanização centro-periferia que decresce neste sentido em qualidade de infraestrutura urbanística e renda dos moradores. Esse padrão caracterizou o desenvolvimento urbano brasileiro ao longo do século XX, quando as cidades surgiram e cresceram formando periferias intra e intermunicipais marcadas por precária infraestrutura, por menor preço imobiliário e, por isso, destinadas aos moradores de baixa renda, para os quais esses espaços restavam como as únicas opções de habitação. Esse é o modelo brasileiro de desenvolvimento da cidade capitalista e nele a segregação da moradia, segundo as condições de renda dos adquirentes, é condição sine qua non, pois tal processo replica no território urbano a segmentação social própria de uma sociedade estratificada e desigual.

Os pressupostos adotados aqui admitem que o território reproduz a diferenciação social predominante no capitalismo ou, com mais exatidão, que o território é um fator fundamental para a reprodução desse sistema. A organização socioespacial da dinâmica municipal e metropolitana, assim como a nacional, resulta de três processos distintos: primeiramente, da própria diferenciação entre pobres e ricos, inerente à estrutura capitalista; em segundo lugar, da segmentação pelo critério do acesso a bens e serviços conforme a condição econômica; e, por fim, da segregação, o perverso processo que consolida espaços distintivos no território com a única finalidade de operacionalizar a produção da mais-valia imobiliária. Ou seja, a segregação socioespacial é o mecanismo que assegura a mercantilização do solo urbano, pois outorga legitimidade para o alto valor imobiliário de uma área na

cidade, dotada de componentes infra estruturais sociais e urbanos completos, em relação a outras áreas carentes dos mesmos elementos.

Pela Tabela 1, nota-se que entre os anos de 1991 e 2019 ocorreram muitas mudanças com relação ao número e ao percentual de habitantes nos 26 municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Em toda essa região, o número de habitantes no ano de 1991 era de 520.700 pessoas e passou para 820.493 na estimativa para o ano de 2019, esses números representaram um aumento de 57,6%. Entretanto, mesmo com elevada taxa de crescimento, alguns municípios apresentaram decréscimos nos números de habitantes.

Observou-se que o município polo da Região Metropolitana, Maringá, foi o que apresentou o maior crescimento com relação ao número absoluto de habitantes, entretanto, ao avaliar o percentual em todo o período analisado, 1991 a 2019, verificou-se que os municípios de Sarandi e Paiçandu apresentaram os maiores incrementos demográficos, com 101,5% e 86%, respectivamente. Maringá apresentou 76,3% de aumento populacional, seguida de Marialva com 56,9%, Mandaguaçu com 55,3% e Floresta com 49,6%. Em contrapartida, o município de Floraí apresentou decréscimo de -10,4% da sua população de 1991 para 2019, seguido de São Jorge do Ivaí com -8,8% e Ourizona com -8,6%.

Importante notar que na última década (2010 a 2019), Maringá apresentou a maior taxa de crescimento, 18,6%, seguida de Sarandi com 16,7%, Santa Fé e Mandaguaçu, ambas com 15,4%. Paiçandu agora aparece com 14,9% de crescimento. O município de Floraí ainda manteve o decrescimento da sua população, com -2,4%, agora seguido de Atalaia com -0,5%.

Tabela 1: População, estimativa populacional e variação no número de habitantes dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 1991 – 2000 – 2010 – 2019.

CÓDIGO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				VARIAÇÃO POPULACIONAL NAS DÉCADAS											
		1991	2000	2010	2019	1991-2000	%	1991-2010	%	2000-2010	%	1991-2019	%	2000-2019	%	2010-2019	%
4101150	Ângulo	2.392	2.840	2.859	2.928	448	18,7	467	19,5	19	0,7	536	22,4	88	3,1	69	2,4
4102109	Astorga	22.458	23.637	24.698	26.111	1.179	5,2	2.240	10,0	1.061	4,5	3.653	16,3	2.474	10,5	1.413	5,7
4102208	Atalaia	4.129	4.015	3.913	3.892	-114	-2,8	-216	-5,2	-102	-2,5	-237	-5,7	-123	-3,1	-21	-0,5
4103206	Bom Sucesso	7.116	6.173	6.561	7.032	-943	-13,3	-555	-7,8	388	6,3	-84	-1,2	859	13,9	471	7,2
4103800	Cambira	6.355	6.688	7.236	7.865	333	5,2	881	13,9	548	8,2	1.510	23,8	1.177	17,6	629	8,7
4107306	Doutor Camargo	5.942	5.777	5.828	5.979	-165	-2,8	-114	-1,9	51	0,9	37	0,6	202	3,5	151	2,6
4107801	Floraí	5.500	5.285	5.050	4.929	-215	-3,9	-450	-8,2	-235	-4,4	-571	-10,4	-356	-6,7	-121	-2,4
4107900	Floresta	4.527	5.122	5.931	6.774	595	13,1	1.404	31,0	809	15,8	2.247	49,6	1.652	32,3	843	14,2
4108106	Flórida	2.096	2.434	2.543	2.689	338	16,1	447	21,3	109	4,5	593	28,3	255	10,5	146	5,7
4110003	Iguaraçu	3.299	3.598	3.982	4.404	299	9,1	683	20,7	384	10,7	1.105	33,5	806	22,4	422	10,6
4111100	Itambé	6.169	5.956	5.979	6.108	-213	-3,5	-190	-3,1	23	0,4	-61	-1,0	152	2,6	129	2,2
4111605	Ivatuba	2.508	2.796	3.010	3.259	288	11,5	502	20,0	214	7,7	751	29,9	463	16,6	249	8,3
4112108	Jandaia do Sul	18.574	19.676	20.269	21.176	1.102	5,9	1.695	9,1	593	3,0	2.602	14,0	1.500	7,6	907	4,5
4113601	Lobato	3.762	4.064	4.401	4.787	302	8,0	639	17,0	337	8,3	1.025	27,2	723	17,8	386	8,8
4114104	Mandaguáçu	14.697	16.828	19.781	22.819	2.131	14,5	5.084	34,6	2.953	17,5	8.122	55,3	5.991	35,6	3.038	15,4
4114203	Mandaguari	28.086	31.395	32.658	34.400	3.309	11,8	4.572	16,3	1.263	4,0	6.314	22,5	3.005	9,6	1.742	5,3
4114807	Marialva	22.625	28.702	31.959	35.496	6.077	26,9	9.334	41,3	3.257	11,3	12.871	56,9	6.794	23,7	3.537	11,1
4115200	Maringá	240.292	288.653	357.077	423.666	48.361	20,1	116.785	48,6	68.424	23,7	183.374	76,3	135.013	46,8	66.589	18,6
4116307	Munhoz de Melo	3.628	3.401	3.672	3.984	-227	-6,3	44	1,2	271	8,0	356	9,8	583	17,1	312	8,5
4116901	Nova Esperança	24.189	25.729	26.615	27.904	1.540	6,4	2.426	10,0	886	3,4	3.715	15,4	2.175	8,5	1.289	4,8
4117404	Ourizona	3.750	3.396	3.380	3.428	-354	-9,4	-370	-9,9	-16	-0,5	-322	-8,6	32	0,9	48	1,4
4117503	Paiçandu	22.197	30.764	35.936	41.281	8.567	38,6	13.739	61,9	5.172	16,8	19.084	86,0	10.517	34,2	5.345	14,9
4120408	Presidente Castelo Branco	3.633	4.305	4.784	5.306	672	18,5	1.151	31,7	479	11,1	1.673	46,1	1.001	23,3	522	10,9
4123402	Santa Fé	8.708	8.870	10.432	12.037	162	1,9	1.724	19,8	1.562	17,6	3.329	38,2	3.167	35,7	1.605	15,4
4125308	São Jorge do Ivaí	6.087	5.590	5.517	5.551	-497	-8,2	-570	-9,4	-73	-1,3	-536	-8,8	-39	-0,7	34	0,6
4126256	Sarandi	47.981	71.422	82.847	96.688	23.441	48,9	34.866	72,7	11.425	16,0	48.707	101,5	25.266	35,4	13.841	16,7
TOTAL		520.700	617.116	716.918	820.493	96.416	18,5	196.218	37,7	99.802	16,2	299.793	57,6	203.377	33,0	103.575	14,4

Fonte: IBGE – Estimativa Populacional, 2019; Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020.

Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá, 2020.

ÍNDICE DE BEM ESTAR URBANO (IBEU) DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (RMM)

O IBEU apresentado nesta publicação é inédito, pois se trata da análise local, considerando a dinâmica local, própria da região, uma análise intrarregional. Um outro trabalho realizado pelo Observatório das Metrópoles (RIBEIRO & RIBEIRO, 2013) foi divulgado e se tratava do IBEU construído a partir da dinâmica nacional dos dados, em análise comparativa nacional. O objetivo desse indicador é mostrar que as condições que geram bem-estar não dependem diretamente da ação dos indivíduos e, principalmente, responder como se apresenta o bem-estar urbano na RMM e se há diferenças no bem-estar urbano entre os seus municípios.

A elaboração desse indicador considerou cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana (Figura 1). Essas dimensões foram adotadas porque se concebe que podem refletir características urbanas que, se presentes, significam qualidade de vida para os moradores daquele território. Isto é, todas essas dimensões são portadoras das qualidades urbanas que significam maior ou menor bem-estar para os moradores de determinado lugar.

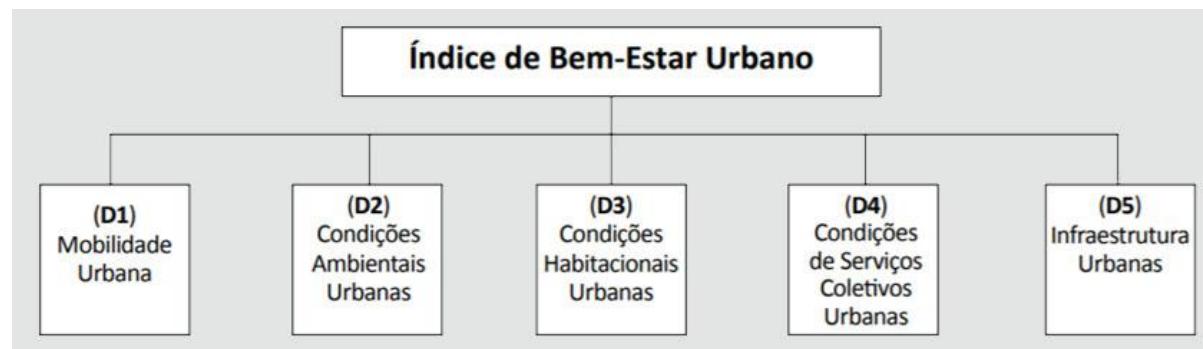


Figura 1: Dimensões que compõe o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU).
Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

OS INDICADORES DAS DIMENSÕES DO IBEU¹

MOBILIDADE URBANA (D1)

A dimensão de mobilidade urbana (D1) foi concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho. A utilização apenas de um único indicador na composição dessa dimensão decorre da não existência de outras variáveis que pudessem refletir as condições de mobilidade urbana no censo demográfico. Mas consideramos que esse indicador se apresenta como uma boa proxy da mobilidade urbana, apesar de não se referir a sua qualidade.

CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS (D2)

A dimensão de condições ambientais urbanas (D2) foi concebida a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. Mesmo que exista apenas a possibilidade de utilização de apenas esses três indicadores das condições ambientais urbanas, consideramos que eles refletem, em grande medida, a dimensão ambiental referida à vida urbana.

CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS (D3)

A dimensão de condições habitacionais urbanas (D3) foi compreendida por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios. Os indicadores dessa dimensão foram selecionados a partir da compreensão das condições dos domicílios, bem como de suas características, que podem favorecer direta ou indiretamente o bem-estar urbano.

¹ A descrição das dimensões aqui apresentada é reproduzida conforme os termos do trabalho original elaborado pelo Observatório das Metrópoles – Ribeiro e Ribeiro, 2013. <<https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/>> Acesso 22 jul 2020.

ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS (D4)

A dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos (D4) foi concebida a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo. Esses são indicadores que expressam os serviços públicos essenciais para garantia de bem-estar urbano, independentemente de ser ofertado por empresas públicas ou por empresas privadas através de concessão pública.

INFRAESTRUTURA URBANA (D5)

A dimensão de infraestrutura urbana (D5) foi compreendida por sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros. Esses indicadores expressam as condições de infraestrutura na cidade que podem possibilitar (quando da sua existência) melhor qualidade de vida para pessoas, estando relacionados com a acessibilidade, saúde e outras dimensões do bem-estar urbano.

A Tabela 2 apresenta os indicadores das dimensões do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) no ano de 2010. Observou-se que o município de Maringá, seguido de Jandaia do Sul, São Jorge do Ivaí, Lobato e Astorga têm os maiores IBEUs da RMM e o de Bom Sucesso é, imediatamente antes, Ivatuba, Ângulo, Sarandi e Presidente Castelo Branco apresentam os menores índices da região. Chama a atenção ainda, quanto às demais dimensões: em mobilidade urbana o maior índice é de Lobato e o menor de Bom Sucesso; quanto às condições ambientais urbanas, a melhor posição é de Dr. Camargo e a pior de Bom Sucesso; segundo as condições habitacionais urbanas, São Jorge do Ivaí tem o maior índice e Ivatuba o menor; no tocante ao atendimento de serviços coletivos urbanos, Lobato tem o mais alto índice e Lobato o mais baixo; a infraestrutura urbana aponta Jandaia do Sul como o mais elevado indicador e Paiçandu com o menor.

Tabela 2: Indicadores das dimensões do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

MUNICÍPIO	DIMENSÕES					IBEU
	Mobilidade (D1)	Condições Ambientais (D2)	Condições Habitacionais (D3)	Atendimento de Serviços Coletivos (D4)	Infraestrutura (D5)	
Maringá	0,958	0,988	0,894	0,876	0,825	0,908
Jandaia do Sul	0,962	0,993	0,877	0,729	0,870	0,886
São Jorge do Ivaí	0,919	0,995	0,931	0,871	0,705	0,884
Lobato	0,987	0,973	0,879	0,925	0,638	0,880
Astorga	0,961	0,968	0,876	0,793	0,694	0,858
Floraí	0,896	0,999	0,914	0,620	0,817	0,849
Itambé	0,874	0,999	0,849	0,817	0,682	0,844
Mandaguari	0,915	0,965	0,840	0,766	0,711	0,840
Floresta	0,978	0,996	0,841	0,566	0,777	0,832
Marialva	0,970	0,980	0,850	0,655	0,682	0,828
Santa Fé	0,967	0,996	0,828	0,619	0,726	0,827
Munhoz de Melo	0,953	0,999	0,846	0,523	0,773	0,819
Atalaia	0,911	0,990	0,894	0,546	0,741	0,816
Dr. Camargo	0,906	1,000	0,878	0,612	0,681	0,815
Paiçandu	0,915	0,979	0,794	0,808	0,557	0,811
Flórida	0,956	0,977	0,868	0,546	0,704	0,811
Nova Esperança	0,901	0,984	0,818	0,701	0,642	0,809
Cambira	0,953	0,994	0,871	0,500	0,710	0,806
Iguaraçu	0,967	0,975	0,815	0,571	0,677	0,801
Ourizona	0,956	0,908	0,876	0,564	0,697	0,800
Mandaguaçu	0,965	0,937	0,817	0,664	0,616	0,800
Presidente Castelo Branco	0,954	0,994	0,816	0,576	0,647	0,797
Sarandi	0,937	0,924	0,777	0,604	0,628	0,774
Ângulo	0,943	0,916	0,815	0,537	0,561	0,754
Ivatuba	0,935	0,983	0,655	0,377	0,606	0,711
Bom Sucesso	0,761	0,812	0,820	0,530	0,610	0,707

Fonte: IBEU - Base de Dados do IBEU Municipal, 2020.

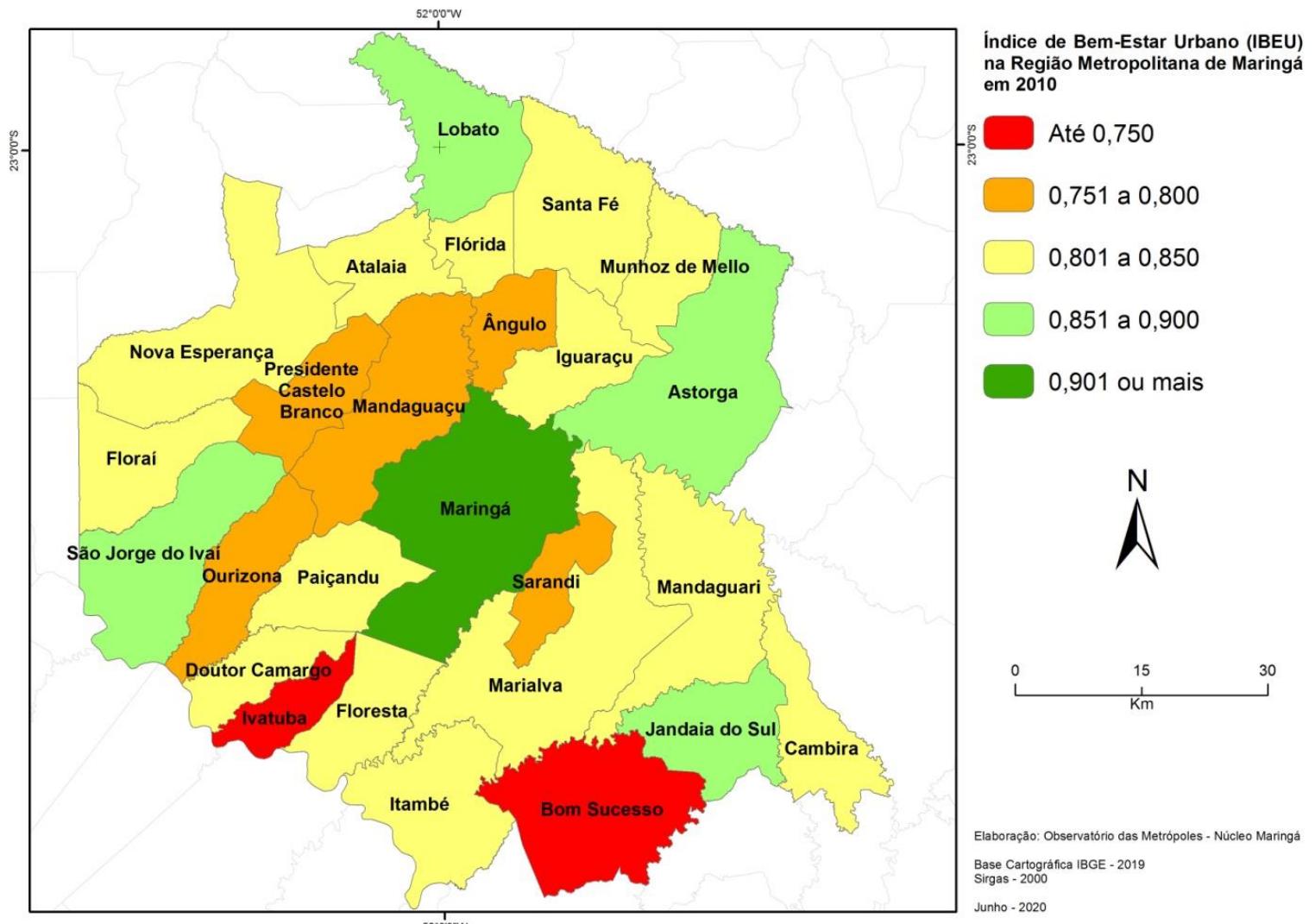
Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá, 2020.

O Observatório das Metrópoles (RIBEIRO & RIBEIRO, 2016, p. 5) definiu que os níveis do IBEU-Municipal poderiam ser interpretados como: de zero a 0,500 como condições muito ruins; de 0,501 a 0,700 como ruins; de 0,701 a 0,800 como médias; de 0,801 a 0,900 como condições boas; e de 0,901 a 1 corresponde às condições muito boas.

Ainda na Tabela 2, mesmo com indicadores distintos entre os 26 municípios, os valores dos IBEUs na RMM estão entre 0,701 e 1, ou seja, o percentual das cidades que possuem as condições de bem-estar urbano classificadas como muito boas é de 3,8%, enquanto que boas equivale a 69,2% dos municípios e médias é de 26,9%. Quanto a dimensão mobilidade urbana, 88,5% dos municípios da RMM possuem condições muito boas, 7,7% boa e apenas 3,8% apresenta condição média. Para as condições ambientais, 96,2% apresenta nível classificado como muito bom e 3,8% bom. Já para as condições habitacionais urbanas, 7,7 % dos municípios estão na faixa classificada como muito boa, 80,8% boa, 7,7% média e 3,8% está ruim (Ivatuba). Quanto a dimensão atendimento de serviços coletivos, há 3,8% na condição muito boa, 15,4% na faixa boa e média, 57,7% possui condição ruim e 7,7% estão em condições muito ruins (Cambira e Ivatuba). Por fim, para a infraestrutura urbana, 11,5% tem condição boa, 30,8% média e 57,7% dos municípios estão no nível considerado como ruim.

Ao comparar os valores do IBEU entre os municípios da RMM, verifica-se que Maringá apresenta o maior indicador, seguida das cidades de Jandaia do Sul, Astorga, Lobato e São Jorge do Ivaí. Os menores índices foram registrados em Ivatuba e Bom Sucesso (Figura 2).

Figura 2: Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

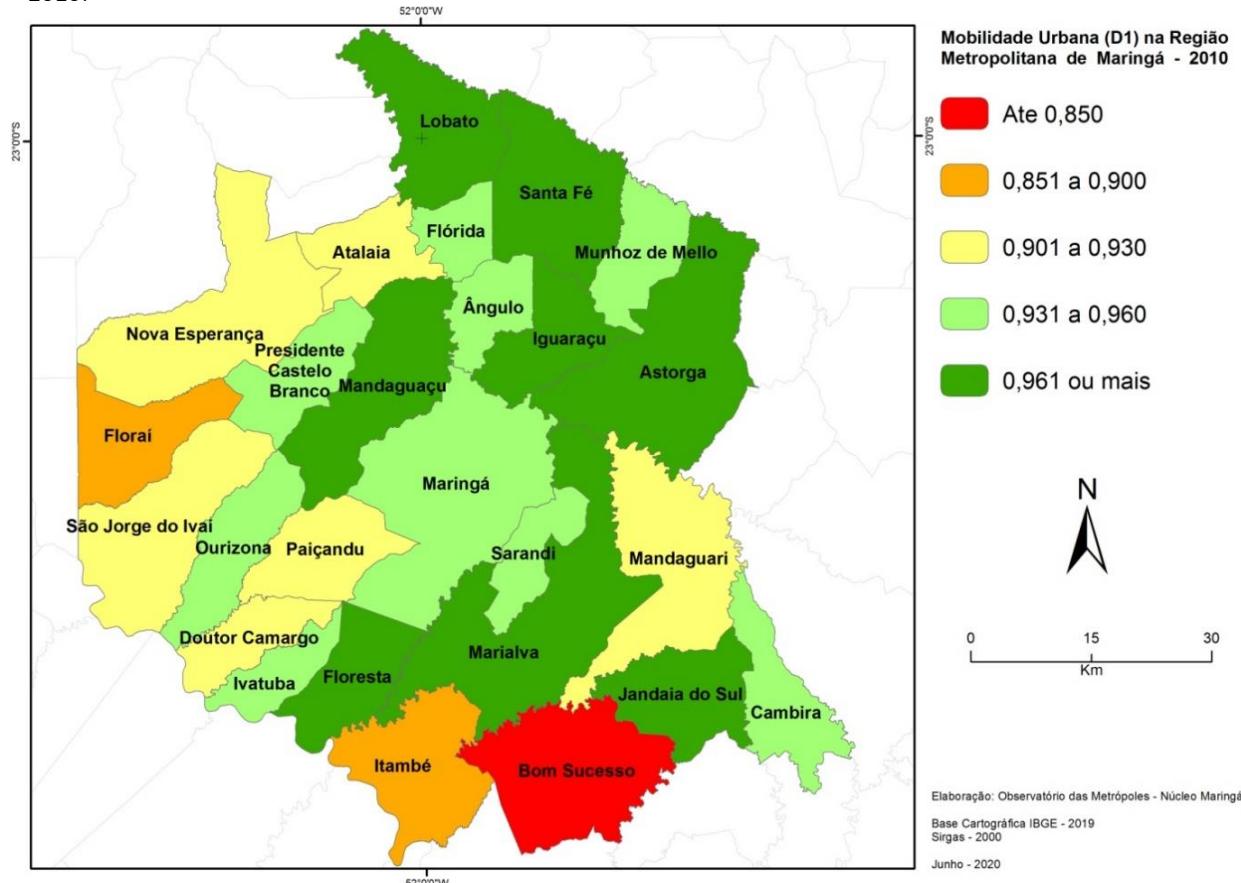


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão mobilidade urbana (D1), os maiores índices são registrados em Lobato, Floresta, Marialva, Jandaia do Sul, Astorga, Iguaraçu, Santa Fé e Mandaguaçu, já o menor índice foi registrado em Bom Sucesso (Figura 3).

Figura 3: Mobilidade Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

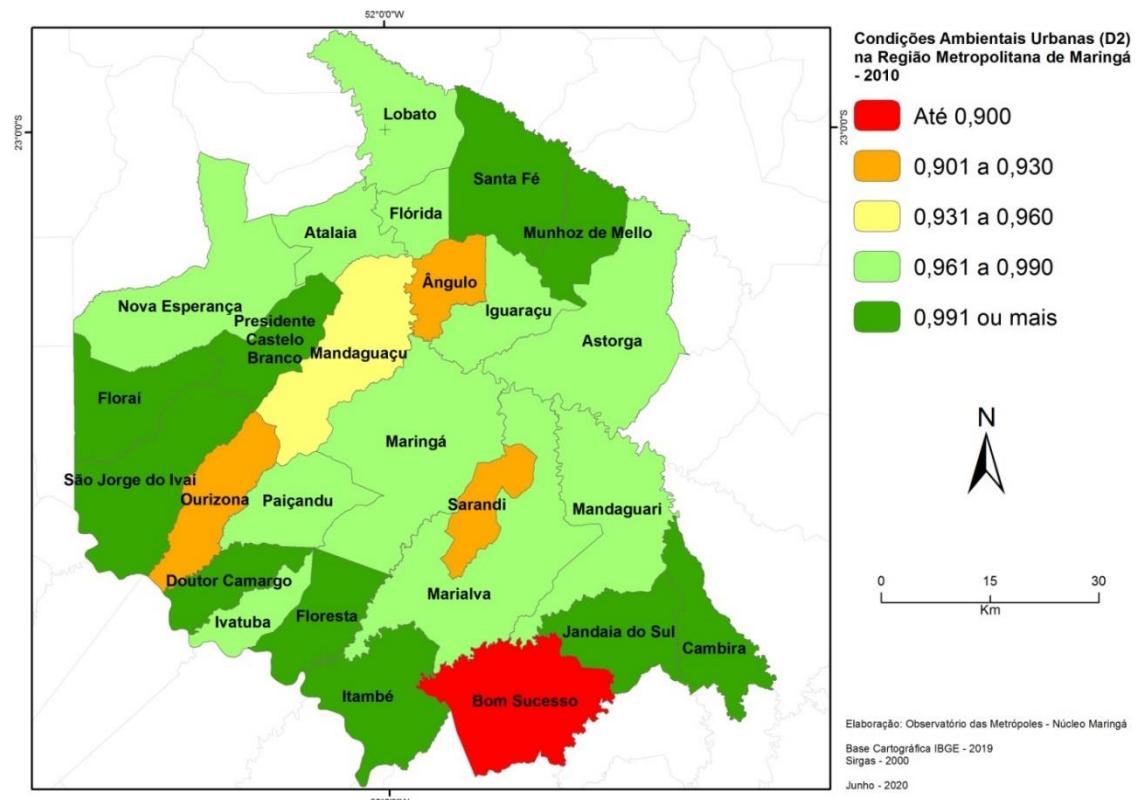


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão condições ambientais urbanas (D2), os melhores índices são registrados em 10 municípios, Jandaia do Sul, Cambira, Itambé, Floresta, Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí, Presidente Castelo Branco, Floraí, Munhoz de Melo e Santa Fé. Bom Sucesso novamente registra o menor índice dentre os municípios da RMM (Figura 4).

Figura 4: Condições ambientais do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

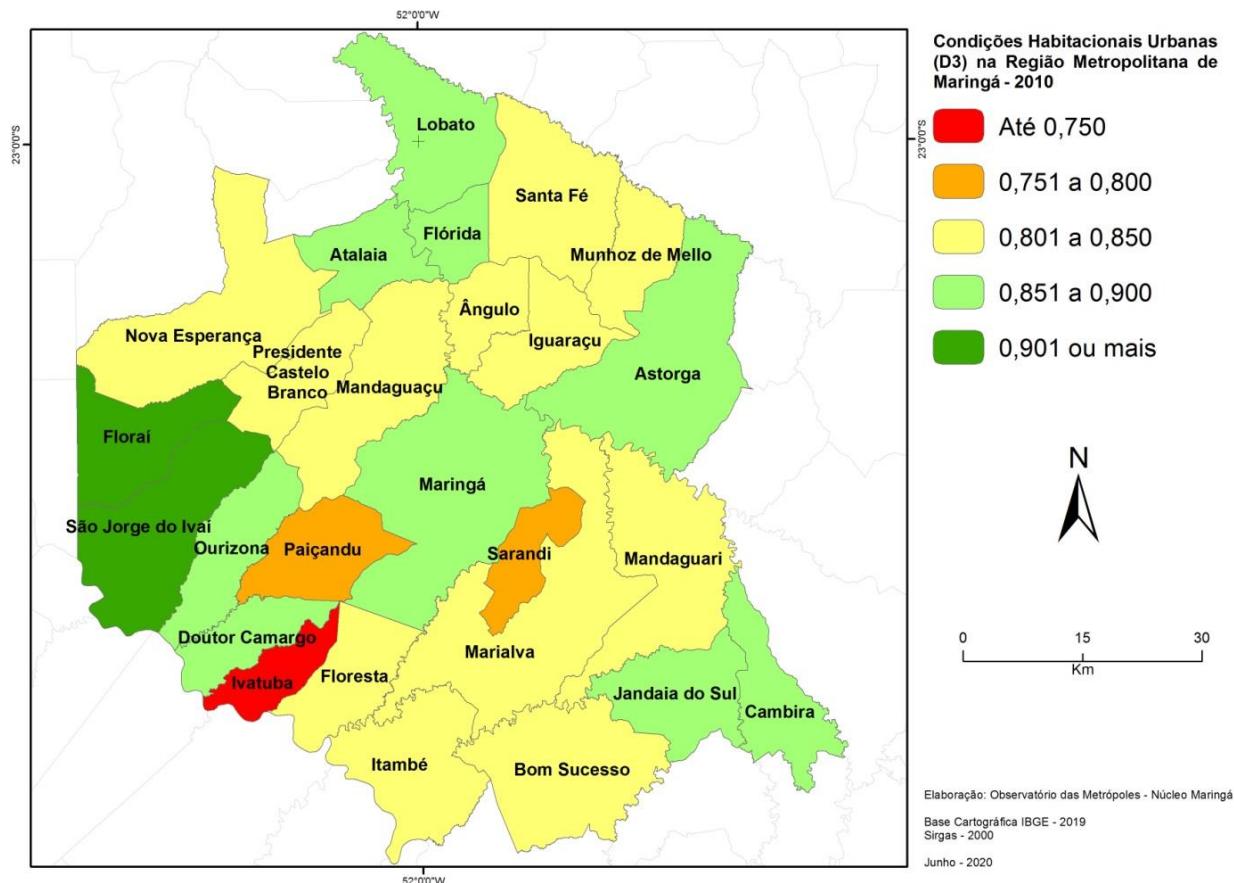


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão condições habitacionais urbanas (D3), somente dois municípios apresentaram índices superiores a 0,900, Floraí e São Jorge do Ivaí. Ivatuba foi o que apresentou menor valor nesta dimensão (Figura 5).

Figura 5: Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

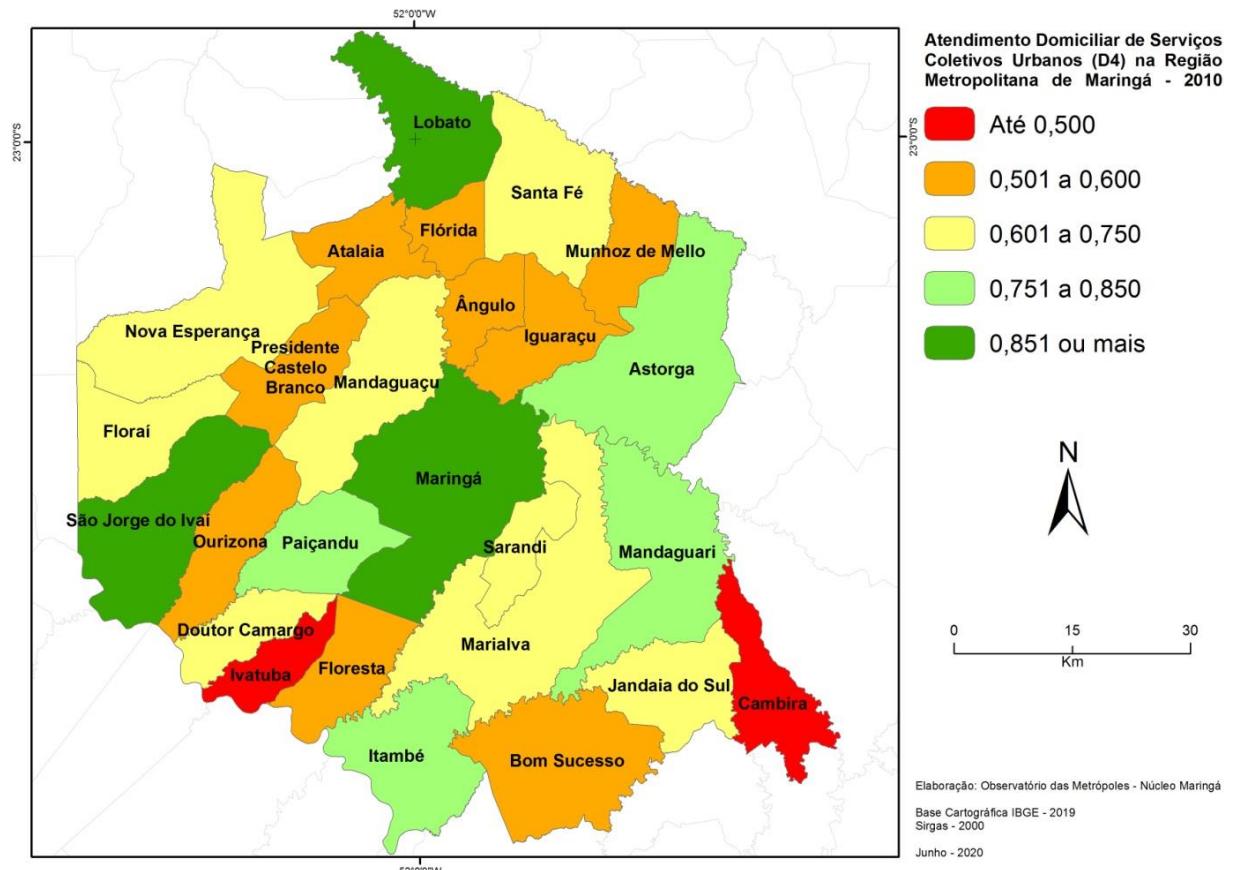


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão atendimento domiciliar de serviços coletivos (D4), somente Maringá, São Jorge do Ivaí e Lobato tiveram valores superiores a 0,850. Os demais municípios ficaram com valores bem inferiores a este, principalmente Ivatuba e Cambira (Figura 6).

Figura 6: Atendimento domiciliar de Serviços Coletivos Urbanos do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

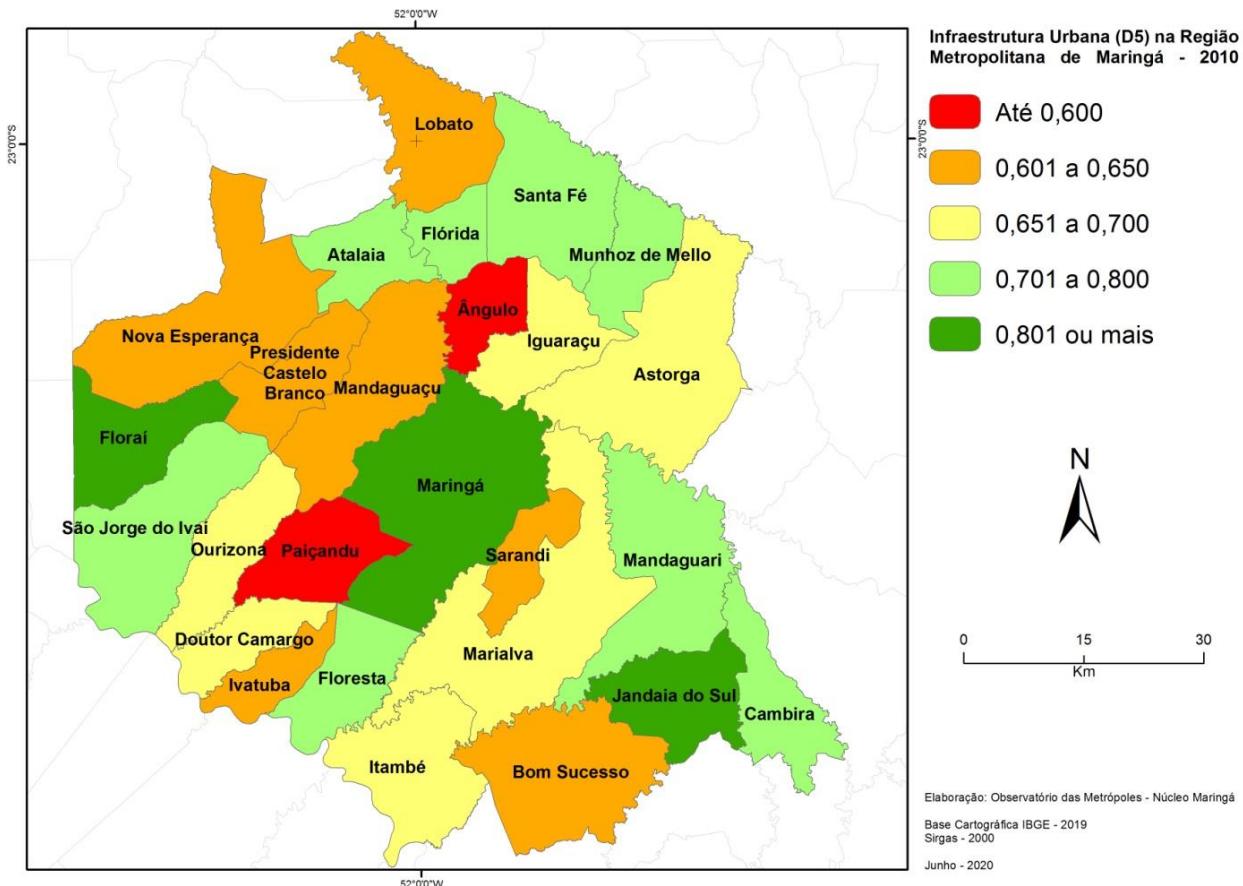


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão infraestrutura urbana (D5), Maringá, Jandaia do Sul e Floraí foram as mais bem avaliadas, Ângulo e Paiçandu registraram os menores valores (Figura 7).

Figura 7: Infraestrutura Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Deste modo, com base em todas as dimensões do IBEU, a cidade de Maringá foi a mais bem avaliada, cabe ressaltar que Jandaia do Sul e São Jorge do Ivaí apresentaram valores altos em quase todas as dimensões também, por vezes mais elevados que os registrados na cidade polo, Maringá.

INSERÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (RMM) NA REDE URBANA BRASILEIRA: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – 2007 E 2018

O estudo mais recente que identifica a inserção da RMM na rede urbana brasileira foi realizado em 2018 pelo IBGE. Apresentamos aqui também o estudo anterior de 2007. O REGIC (Regiões de Influência das Cidades) visa estabelecer as ligações entre cidades permitindo a identificação das suas áreas de influência e de articulação em redes de municípios, sendo utilizados os seguintes indicadores para tal definição: contiguidade territorial, alta densidade demográfica, estrutura produtiva caracterizada por elevada atividade urbana e, como consequência dessas variáveis, a presença de expressivos movimentos pendulares para o trabalho e/ou para o estudo, rumo a município distinto daquele onde a pessoa que se desloca reside. Na classificação das centralidades, Maringá se constitui como uma Capital Regional B, tanto em 2007 quanto no estudo de 2018.

O IBGE (IBGE-REGIC, 2007) considerou que, para as cidades constituintes das grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População - ACP ou de suas sub-áreas². Dentre as 40 ACPs, constituídas por agregação de 336 municípios, encontravam-se Curitiba, Londrina e Maringá, no Paraná.

² As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo.

Essas espacialidades regionais são resultado de um processo histórico marcado por políticas regionais, locais e nacionais, alicerçadas numa economia cujo desenvolvimento, a partir da década de 1930, se vinculou à expansão do comércio internacional brasileiro ligado às lavouras cafeeiras paulistas, vivenciando um intenso processo de ocupação capitalista.

Considerada pelos poderes executivos, federal e estadual e, por agentes sociais associados a esses poderes, como “vazios demográficos”, essa fração do território paranaense localizada no Norte do Paraná, se incorporou ao sistema nacional de produção de café e, posteriormente, ao de outros grãos, o que possibilitou uma rápida delimitação dos contornos dos novos municípios de toda essa região paranaense. Consequentemente, pela via do processo de ocupação organizada por companhia privada, estabeleceram-se relações e papéis diferenciados dos núcleos populacionais que surgiram no caminho da expansão cafeeira. Maringá, como cidade polo com funções especializadas em torno de serviços, comércio e indústria voltados ao agropecuário, desde o início, extrapola o espaço físico da cidade e cumpre papel regional, definido na divisão nacional do trabalho.

A Figura 8 mostra o mapa com a região de influência e as conexões externas de Maringá/PR no ano de 2007, que na classificação das centralidades se constitui como uma Capital Regional B.

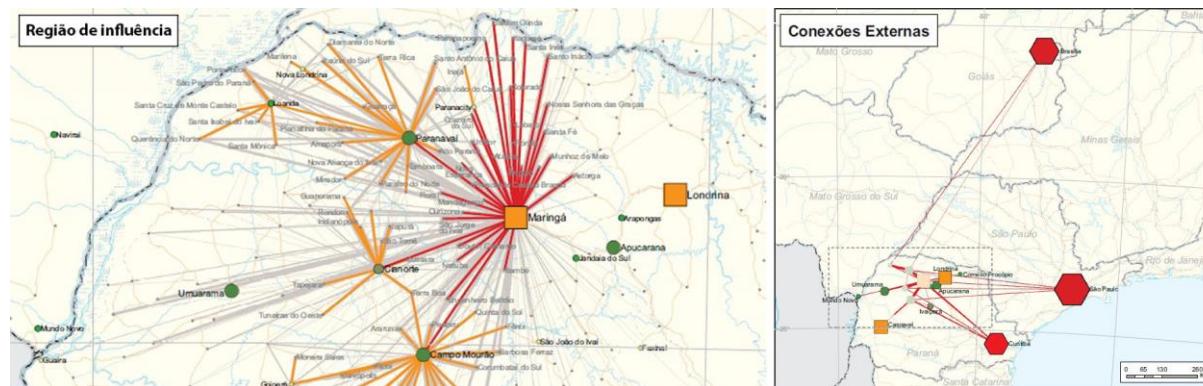


Figura 8: Região de influência e conexões externas – Maringá/PR – Capital Regional B – 2007.

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2007 (2008, p. 122).

A classificação dos municípios integrantes da RMM se dá conforme sua posição na rede de cidades. De acordo com o Observatório das Metrópoles num estudo de 2012, dada a centralidade dos polos, os mesmos são estudados segundo unidades institucionalizadas em 6 níveis de integração, ou seja, além do polo os níveis variam de muito alta a muito baixa integração, conforme se pode observar para a região metropolitana em estudo, no Quadro 1.

Segundo este estudo (IBGE, 2008), a Capital Regional se caracteriza por integrar 70 centros, que se relacionam com o estrato superior da rede urbana (no caso da RMM, São Paulo, Curitiba e Brasília). Ela tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Maringá é alocada no grupo Capital regional B, que é constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos. No caso do Centro de zona, este é um nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares. No caso em estudo, tem-se o Centro de zona A, que abarca 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Por último, tem-se o Centro local, no Brasil, caracterizam as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população dominanteamente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

Quadro 1: Municípios, centralidade e nível de integração da RM de Maringá/PR – 2012.

MUNICÍPIO	CENTRALIDADE – 2007	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO
Maringá	Capital regional B	Polo
Sarandi	Não classificado REGIC	Muito alto
Astorga	Centro local	Médio
Jandaia do Sul	Centro de Zona A	Médio
Mandaguaçu	Centro local	Médio
Mandaguari	Não classificado REGIC	Médio
Marialva	Não classificado REGIC	Médio
Nova Esperança	Centro local	Médio
Paiçandu	Não classificado REGIC	Médio
Atalaia	Centro local	Baixo
Cambira	Centro local	Baixo
Doutor Camargo	Centro local	Baixo
Floresta	Não classificado REGIC	Baixo
Flórida	Centro local	Baixo
Iguaraçu	Centro local	Baixo
Itambé	Centro local	Baixo
Ivatuba	Centro local	Baixo
Lobato	Centro local	Baixo
Munhoz de Melo	Centro local	Baixo
Ourizona	Centro local	Baixo
Presidente Castelo Branco	Centro local	Baixo
Santa Fé	Centro local	Baixo
Ângulo	Centro local	Muito baixo
Bom Sucesso	Centro local	Muito baixo
Floraí	Centro local	Muito baixo
São Jorge do Ivaí	Centro local	Muito baixo

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (2007).

NATUREZA DA INSERÇÃO DA RMM NA REDE URBANA BRASILEIRA: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – 2018 /REGIC 2018

Neste recente estudo do IBGE (2020), Maringá se mantém classificada como Capital Regional B, ou seja, tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por alguns municípios Um Arranjo Populacional no Norte do Paraná, igualmente a Londrina, ambos classificados como Capitais Regionais B. Maringá/PR, se constitui por 10 cidades (Quadro 2).

Isso significa que são estes os municípios que mantêm processos de integração entre si e, principalmente como polo, Maringá.

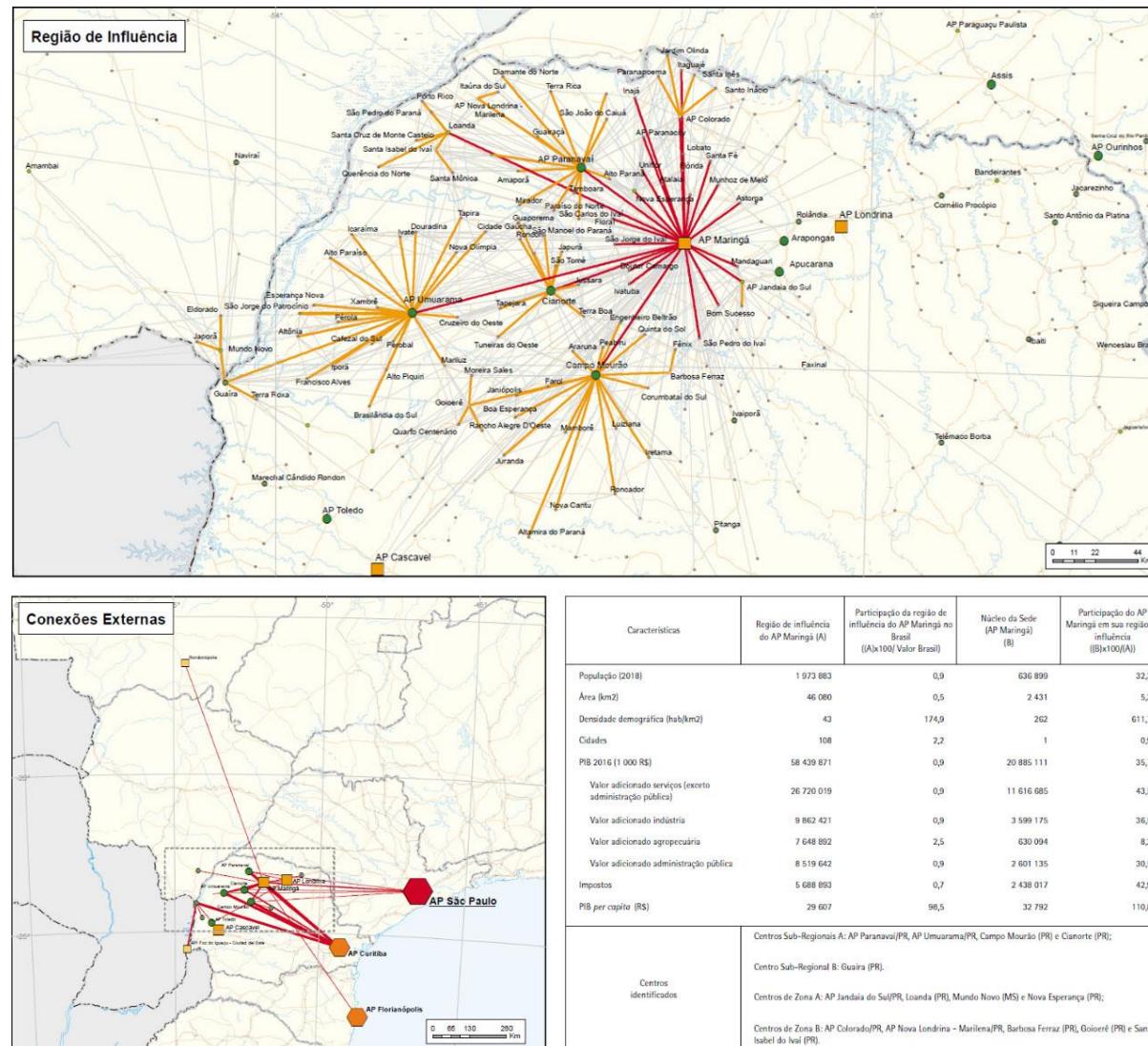
Na sequência (Figuras 9 e 10) se observa a representação gráfica dessa integração de cada um dos municípios em relação a Maringá/PR e com outros centros do estado. Além disso também se pode ver que a relação dos territórios do Norte e Oeste do Paraná têm, ainda, visível e importante relação com São Paulo. Até os anos 1970 esta era muito mais intensa, certamente, pois o Paraná não havia interiorizado um planejamento territorial.

Quadro 2: Municípios que mantêm processos de integração com Maringá (arranjo populacional de Maringá/PR) de acordo com o REGIC – 2018.

MUNICÍPIO	TIPO DE ARRANJO POPULACIONAL
Itambé	Média concentração urbana
Floresta	Média concentração urbana
Iguaraçu	Média concentração urbana
Paiçandu	Média concentração urbana
Ourizona	Média concentração urbana
Presidente Castelo Branco	Média concentração urbana
Maringá	Média concentração urbana
Mandaguaçu	Média concentração urbana
Marialva	Média concentração urbana
Sarandi	Média concentração urbana

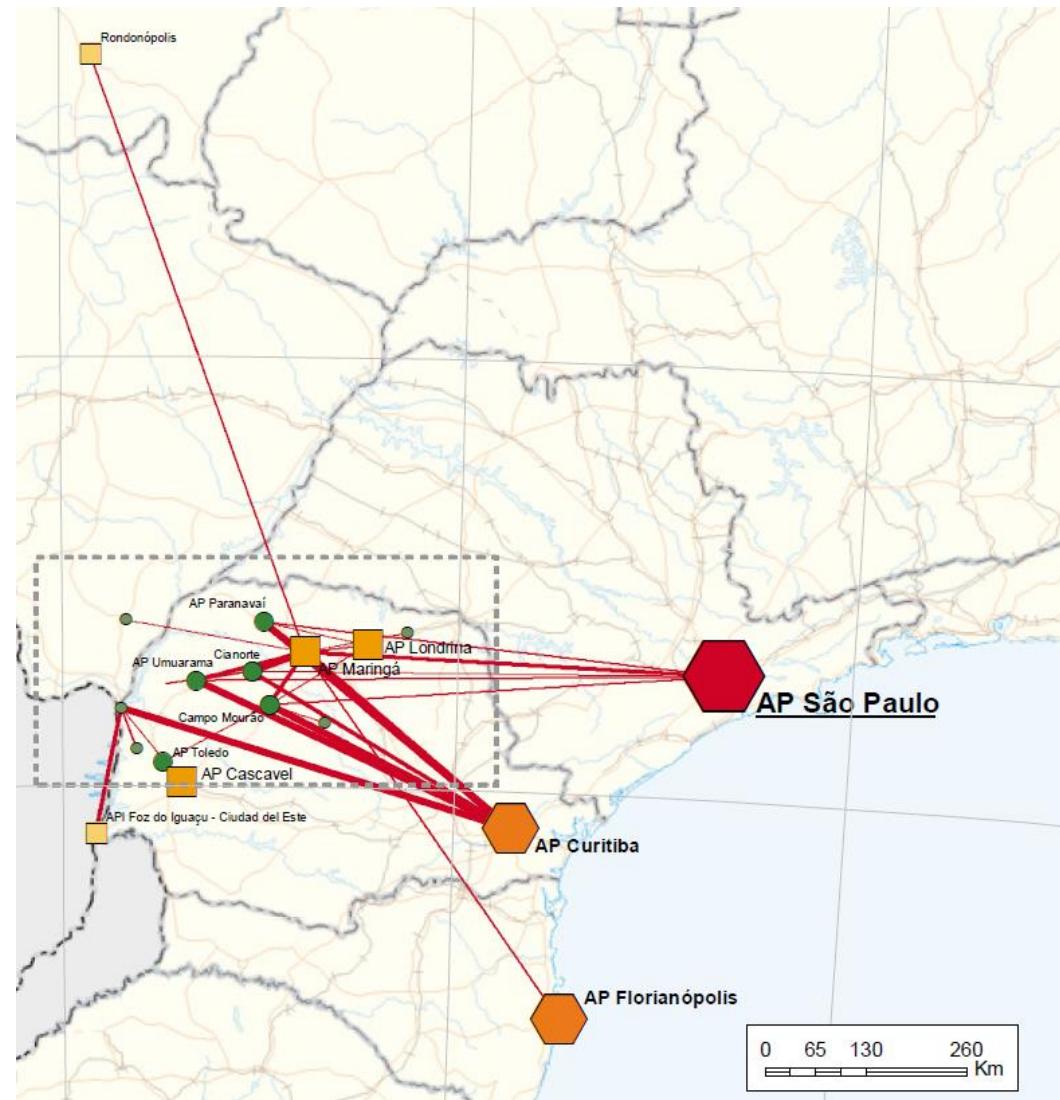
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018 (2018).

Figura 9: Arranjo Populacional de Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 60).

Figura 10: Detalhamento das relações do AP Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 60).

Em seguida apresentaremos em detalhe as conexões do AP Maringá por meio de um conjunto de figuras com mapeamento de diversas variáveis, bem como no Quadro 3.

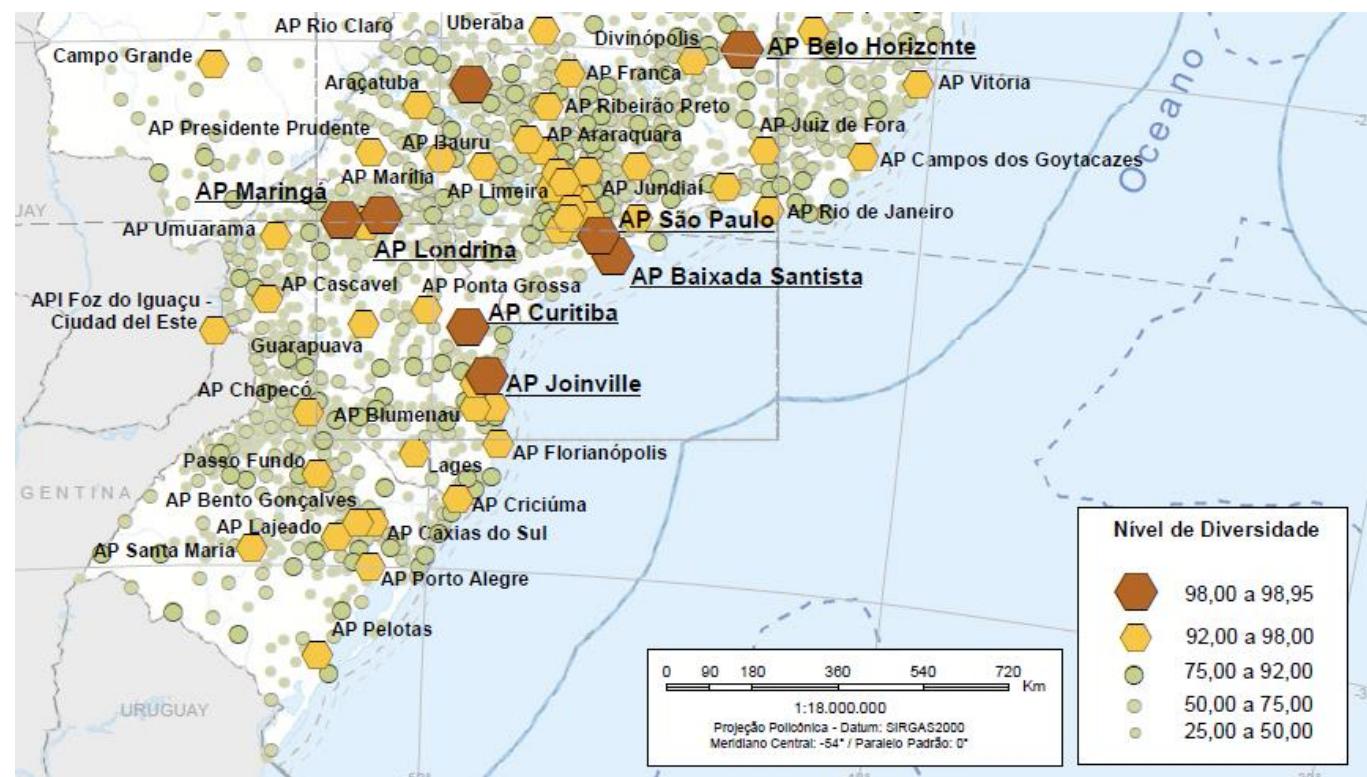
Quadro 3: Detalhamento das relações do AP Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.

Características	Região de influência do AP Maringá (A)	Participação da região de influência do AP Maringá no Brasil ((A)x100/ Valor Brasil)	Núcleo da Sede (AP Maringá) (B)	Participação do AP Maringá em sua região de influência ((B)x100/(A))
População (2018)	1 973 883	0,9	636 899	32,3
Área (km2)	46 080	0,5	2 431	5,3
Densidade demográfica (hab/km2)	43	174,9	262	611,7
Cidades	108	2,2	1	0,9
PIB 2016 (1 000 R\$)	58 439 871	0,9	20 885 111	35,7
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	26 720 019	0,9	11 616 685	43,5
Valor adicionado indústria	9 862 421	0,9	3 599 175	36,5
Valor adicionado agropecuária	7 648 892	2,5	630 094	8,2
Valor adicionado administração pública	8 519 642	0,9	2 601 135	30,5
Impostos	5 688 893	0,7	2 438 017	42,9
PIB per capita (R\$)	29 607	98,5	32 792	110,8
Centros identificados	Centros Sub-Regionais A: AP Paranavaí/PR, AP Umuarama/PR, Campo Mourão (PR) e Cianorte (PR); Centro Sub-Regional B: Guaíra (PR). Centros de Zona A: AP Jandaia do Sul/PR, Loanda (PR), Mundo Novo (MS) e Nova Esperança (PR); Centros de Zona B: AP Colorado/PR, AP Nova Londrina - Marilena/PR, Barbosa Ferraz (PR), Goioerê (PR) e Santa Isabel do Ivaí (PR).			

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 60).

Importante esse achado para a RM de Maringá. A maior centralidade em relação ao comércio se encontra em cidades médias do Centro-Sul do País, como Uberlândia (MG) e nos Arranjos Populacionais de Londrina/PR, Maringá/PR, São José do Rio Preto/SP, entre outros. E, também, nas metrópoles São Paulo/SP, Curitiba/ PR, Belo Horizonte/MG e Goiânia/GO. Quanto às atividades de serviços somente São Paulo/SP e Rio de Janeiro/ RJ apresentam a maior diversidade, com destaque para ao AP do RJ (Figura 11).

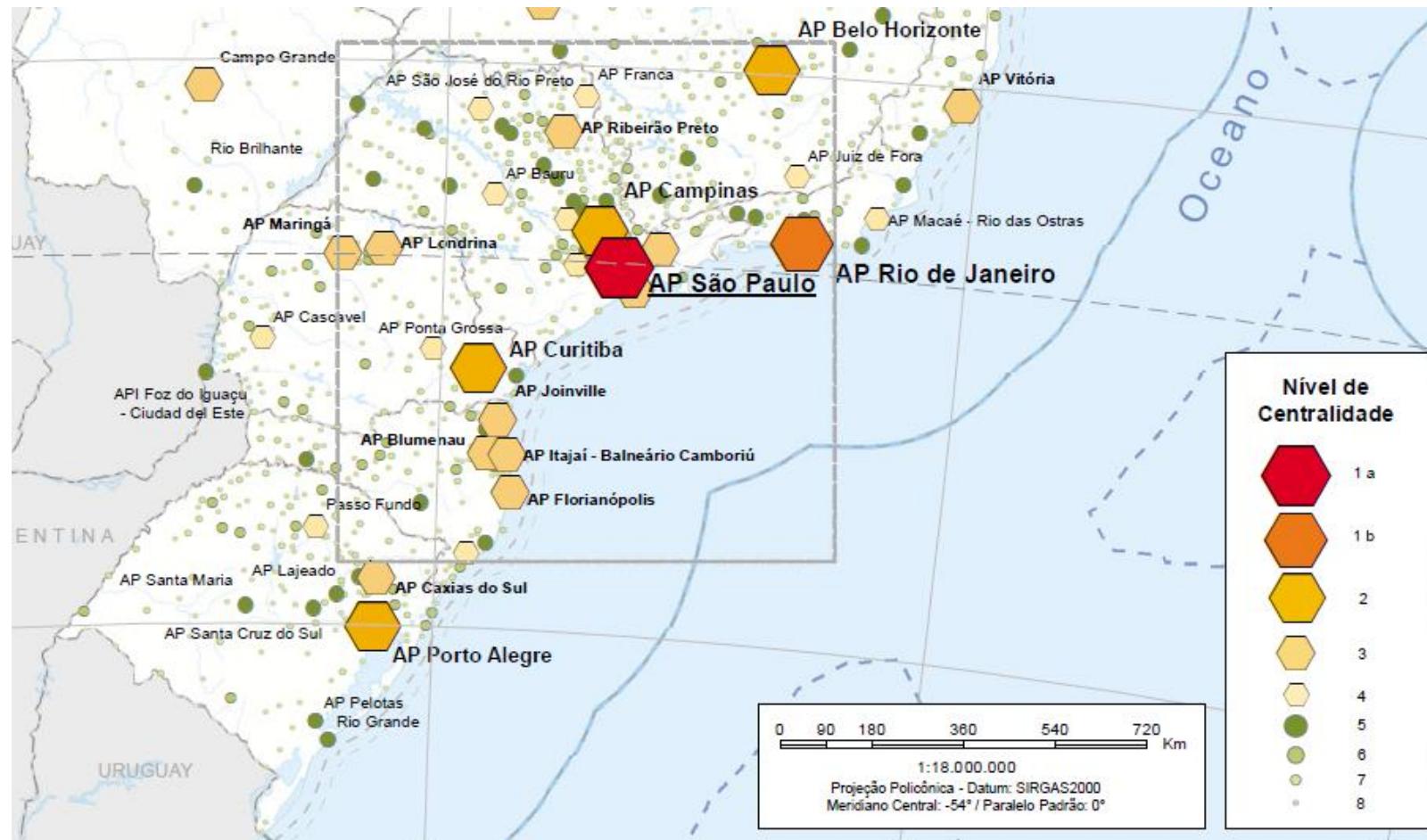
Figura 11: Atividades de comércio – Brasil – 2016.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 91).

A concentração da maior centralidade de gestão empresarial está nos centros na Região Sudeste e, especialmente, o Estado de São Paulo com seis do total das 25 cidades. São 27% das sedes de empresas “multilocalizadas” (Figura 12).

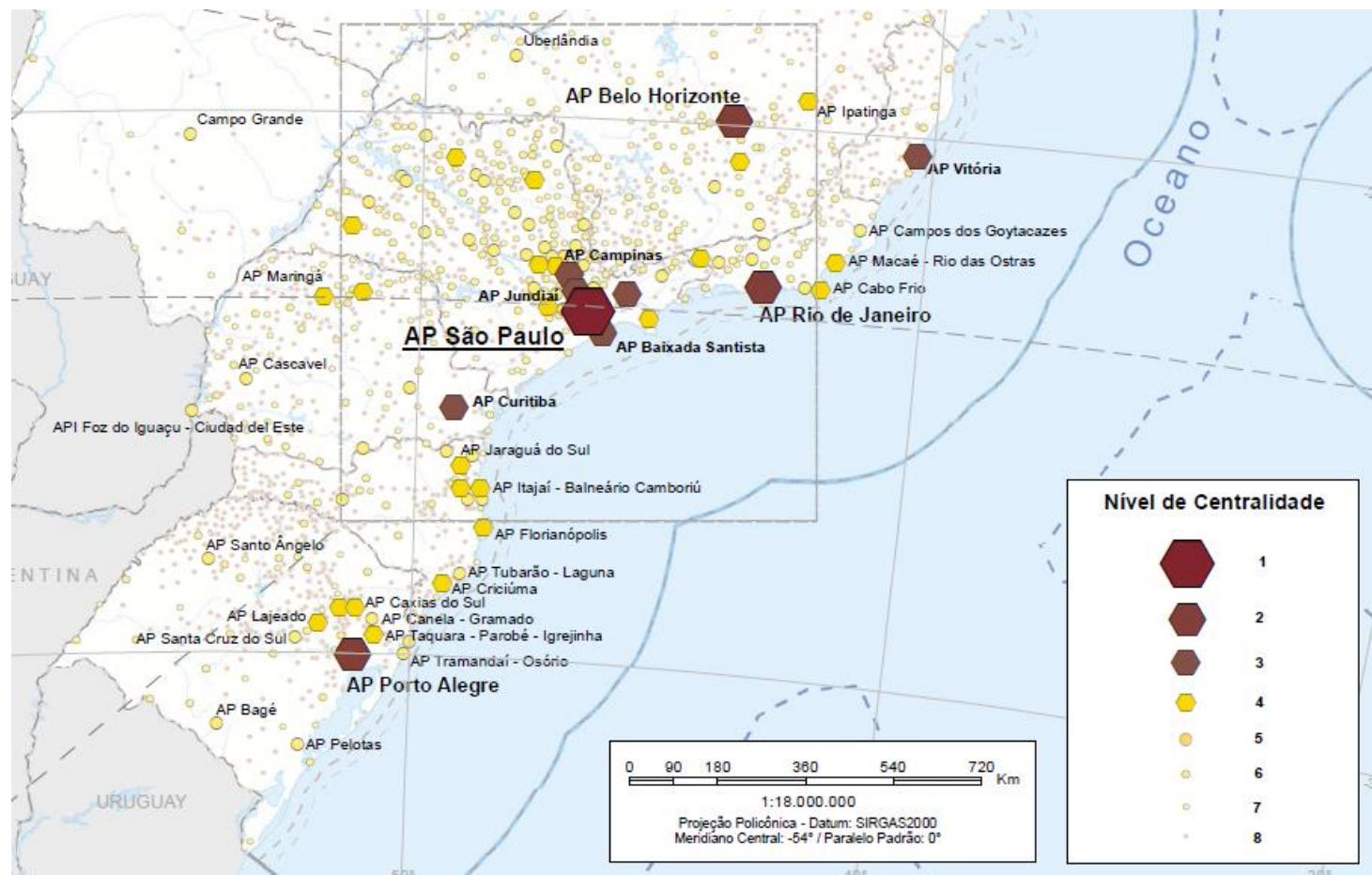
Figura 12: Gestão Empresarial – Brasil – 2016.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 82).

Há uma intensa concentração das atividades financeiras em alguns poucos locais no país, pois a financeirização da economia é localizada no centro político dos estados, em especial em São Paulo (Figura 13).

Figura 13: Atividades Financeiras – Brasil – 2019.

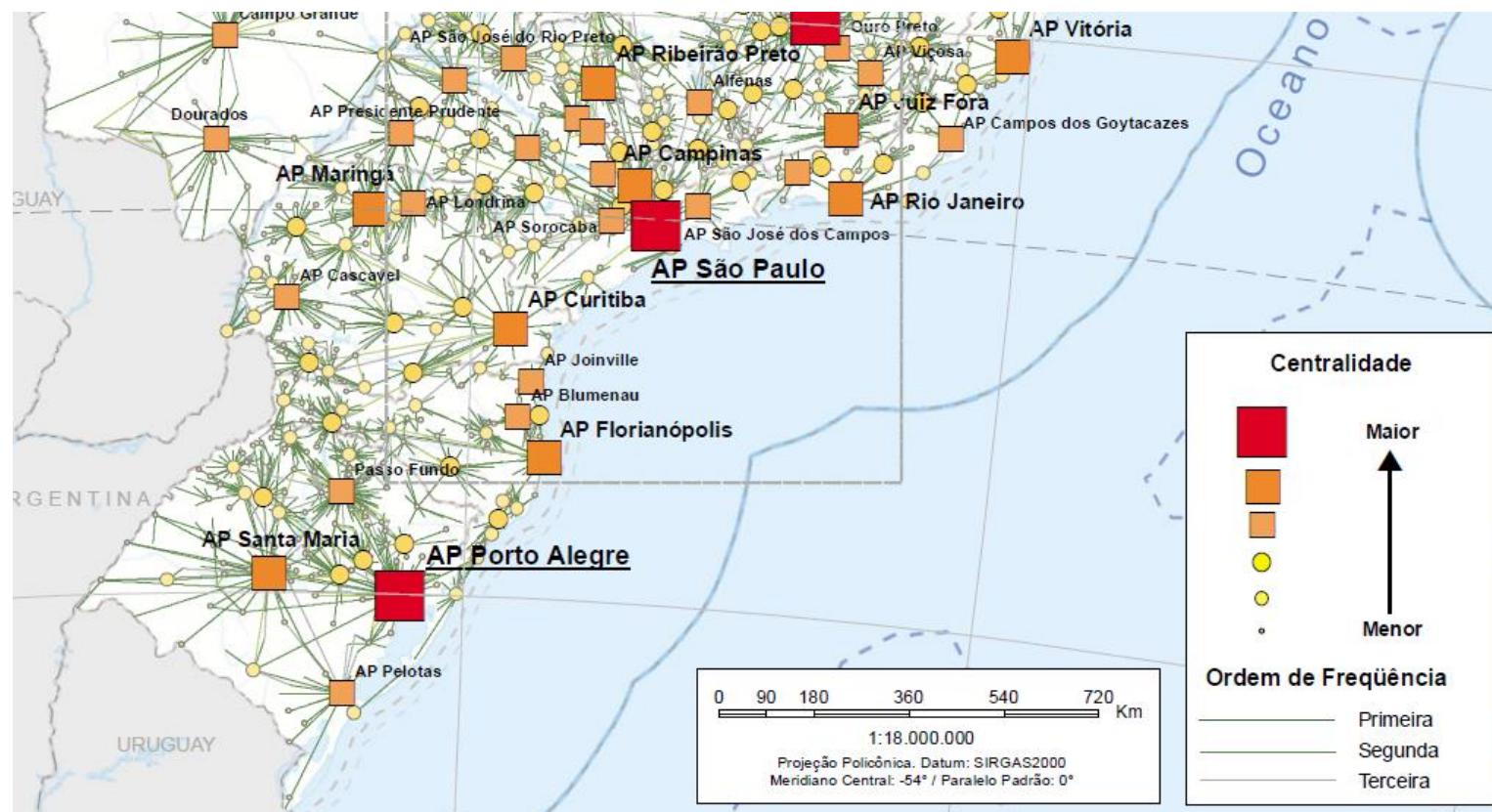


Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 96).

As duas capitais principais do país, constituídas pelos Arranjos Populacionais de São Paulo/SP e do Rio de Janeiro/RJ, concentram alunos no ensino superior (25% das matrículas), mas é importante citar que Maringá se destaca como tal, na mesma classificação de Curitiba (Figura 14).

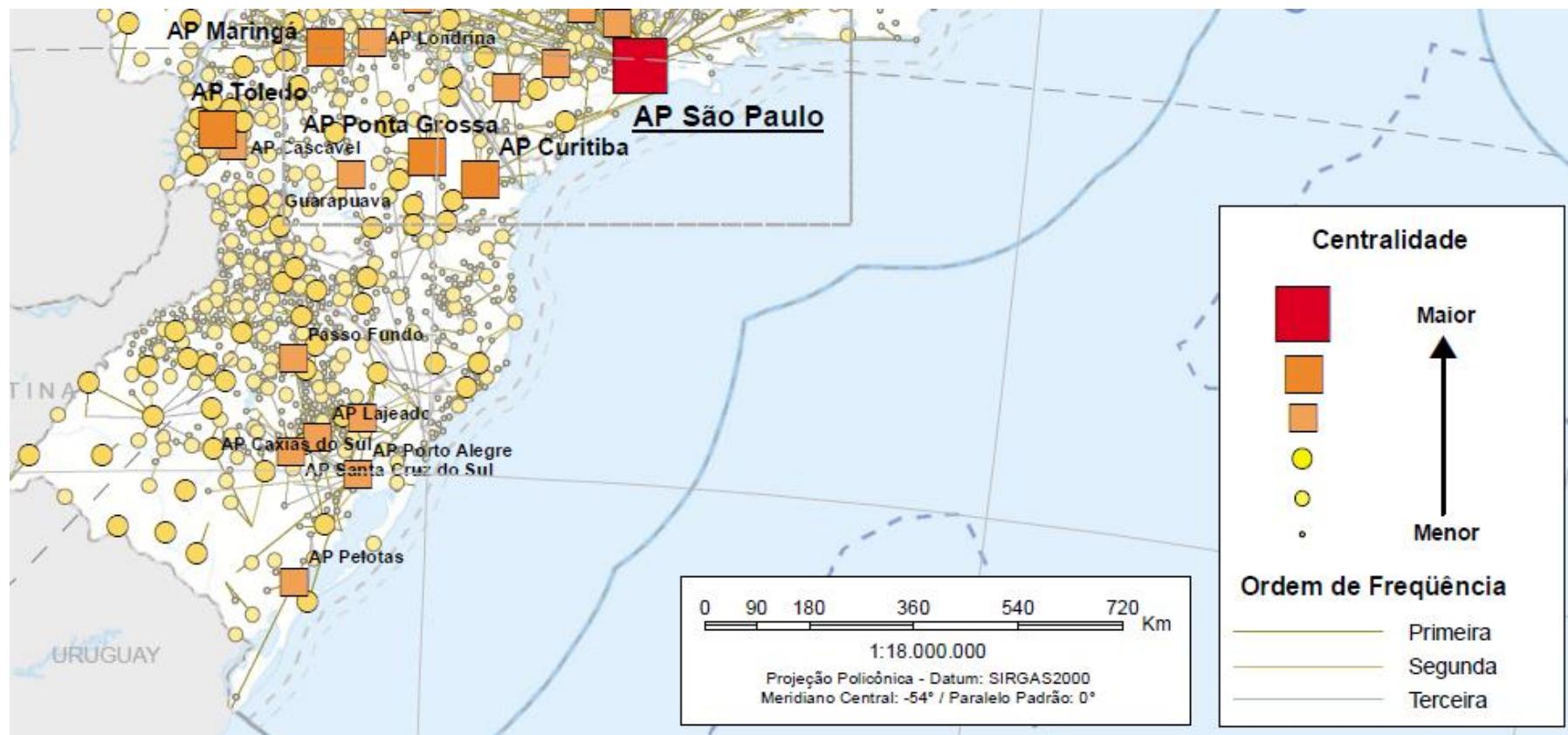
Quanto aos indicadores agropecuários, o Arranjo Populacional de Maringá se destaca, como observado nas Figuras 15, 16 e 17.

Figura 14: Deslocamentos para cursos superiores - Brasil – 2018.



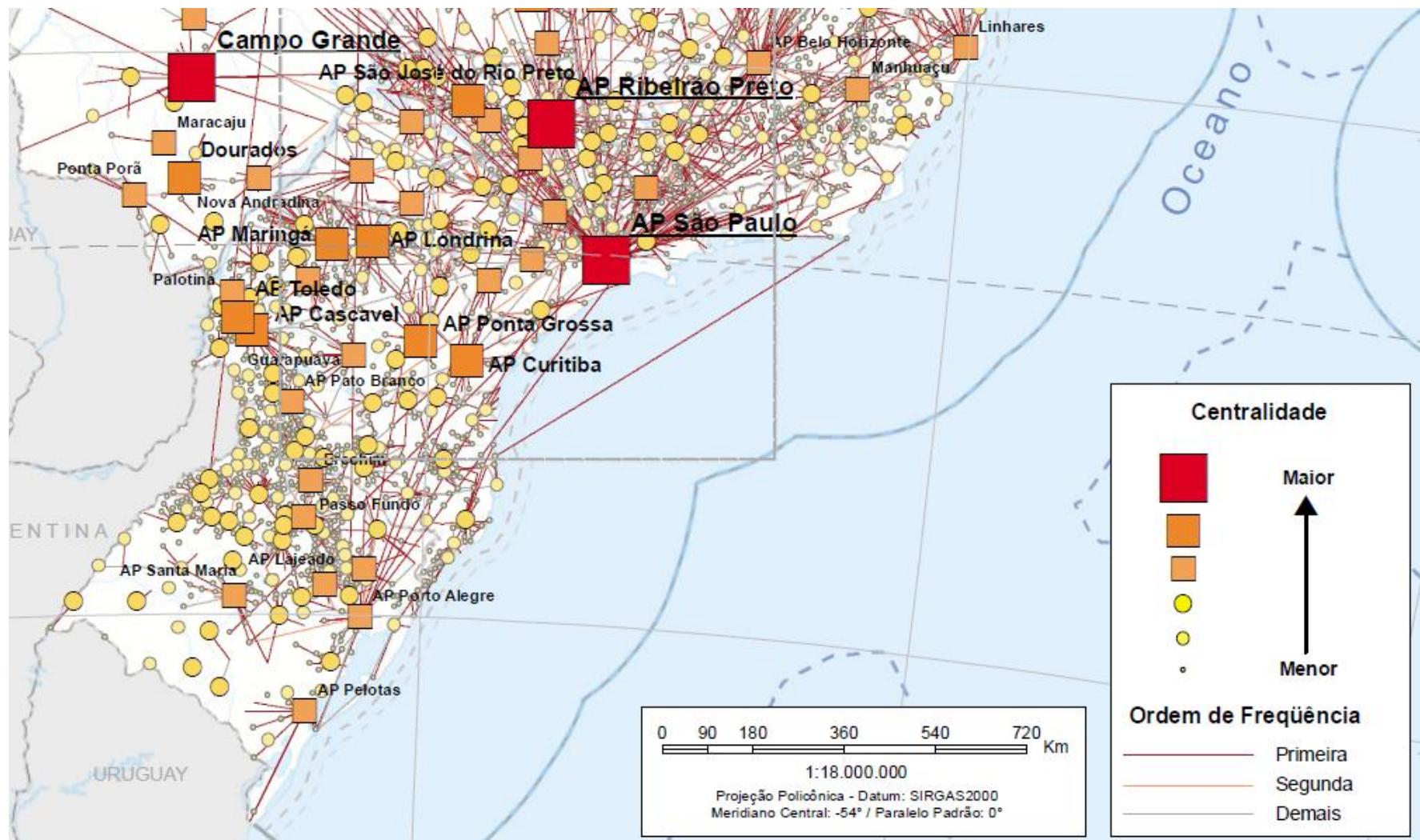
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 100).

Figura 15: Origem dos insumos para produção agropecuária – Brasil – 2018.



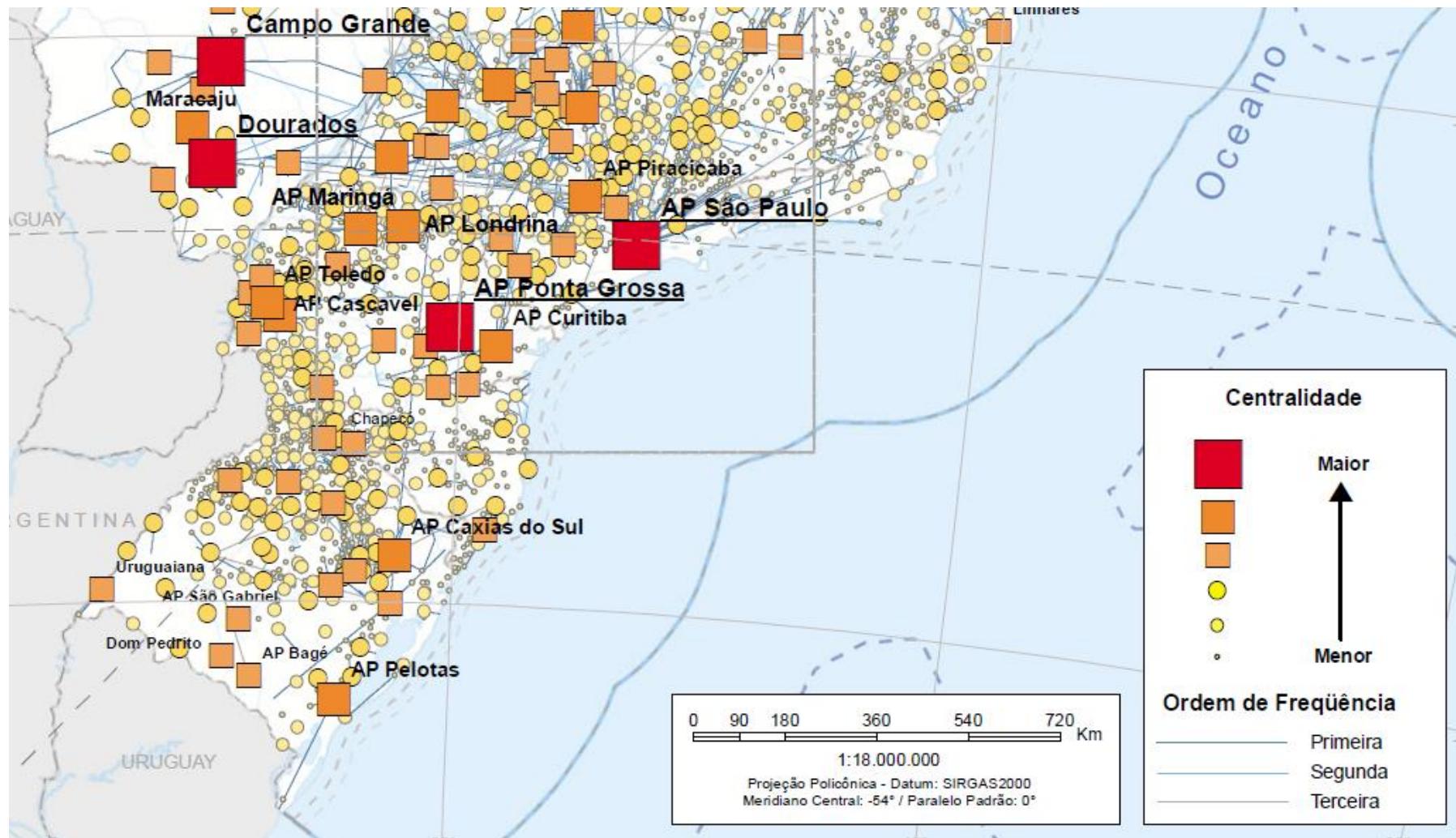
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 137).

Figura 16: Origem do maquinário e implementos para produção agropecuária - Brasil – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 141).

Figura 17: Origem da assistência técnica para produção agropecuária - Brasil – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 144).

1 EM CONSTRUÇÃO

PERFIL
MUNICIPAL

EM CONSTRUÇÃO

2

CATEGORIAS
SÓCIO-OCUPACIONAIS
CATS

EM CONSTRUÇÃO

3

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA ESTRUTURA SOCIAL DE DOUTOR CAMARGO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ, Vozes.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020). **Perfil Município.** Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.
- BORGES, William Antonio (2015). Gestão metropolitana: a sua construção por meio de experiências de associativismo territorial na RMM. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (coordenação). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. Capítulo 13.
- CASA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. **Sistema Estadual de Legislação.** Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; RODRIGUES, Ana Lúcia (2010). Da tecnocracia à participação popular: A institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto, vol. XIV, nº 331 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. [20 de fevereiro de 2012].
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; RODRIGUES, Ana Lúcia (2012). Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil), Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona, Universidad de Barcelona,
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (1999). **Maringá e o Norte do Paraná.** Maringá: EDUEM. p. 88-121.
- FONTANARI, Lucília A.; RAMOS Helena M.; LEAL, Mario D. (2015). Condições de Vida Urbana no Território da Região Metropolitana de Maringá: uma análise do IBEU, In: RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (coordenação). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. Capítulo 10.
- ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO (IBEU). **Dados - Base de Dados do IBEU Municipal.** Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (1991, 2000 e 2010). **Censos Demográficos**. Brasília, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2007). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007**. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=sobre>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2008). **Regiões de Influência das Cidade 2007**. Diretoria de Geociências - Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2018). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=sobre>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2019). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Brasília, IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2020). **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Diretoria de Geociências - Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – BRASIL (2012). **Base de Dados: Domicílios particulares permanentes total e com rendimento domiciliar – 1999 a 2010**. Brasília, IBGE. Disponível no endereço: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – BRASIL (2012). **Base de Dados: Produto Interno Bruto dos Municípios – 1999 a 2010**. Brasília, IBGE. Disponível no endereço: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA (2020). **IVS - Atlas da Vulnerabilidade Social**. Brasília: Ipea. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – INCT – 2009 - 2013 (2010). FAPERJ–CAPES–CNPq. Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Rio de Janeiro.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA E SOCIAL – IPARDES (2016). **Perfil Avançado dos Municípios**. Curitiba: IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

LUZ, France (1980). **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá, A Prefeitura.

MATEUS, Ana (2007). **Indicadores econômicos e sua interpretação**. Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra.

PEREIRA, Ingrid Spagnol. **Levantamento e análise do papel dos Conselhos de Política Urbana na implementação do Direito à cidade em Maringá e Região Metropolitana**. Projeto de Pesquisa do Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2020.

POLANYI, Karl (1980). **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (2020). **Plano Diretor Municipal**. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/consulta/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2013). **Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010**. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/INCT/FAPERJ– CAPES– CNPq.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013). **Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU**. Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (2016). **IBEU Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros**. Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Ana Lúcia (2004). **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. São Paulo, PUC (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (coordenação) (2015). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles.

RODRIGUES, Ana Lúcia; ACCORSI, Clédina Regina Lonardan; SOUZA, Paulo Roberto de (2015). Estrutura e organização social do território da RMM. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (coordenação). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. Capítulo 4.

RODRIGUES, Ana Lúcia; SOUZA, Paulo Roberto de (2018). Maringá: a ordem urbana na região metropolitana de Maringá: planejamento que produz segregação. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (organização). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. Capítulo 13. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/download/metropoles_brasileiras2018.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2018.

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ – SETI / Unidade Gestora do Fundo Paraná – UGF (2019). **Projeto: O Direito à Cidade na Região Metropolitana de Maringá (RMM): regimes urbanos e governança dos municípios metropolitanos**. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Convênio: 184/2018 UEM/SETI/UGF.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE (2020). **Estatísticas do eleitorado – Quantitativo do eleitorado**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/quantitativo-do-eleitorado>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.
